



**XVI COLOQUIO INTERNACIONAL DE
GESTIÓN UNIVERSITARIA – CIGU**

Gestión de la Investigación y Compromiso Social de la Universidad

Arequipa – Perú
23, 24 y 25 de noviembre de 2016

ISBN: 978-85-68618-02-8

**COMPROMISSO SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO DAS INSTITUIÇÕES
FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR**

AMALIA BORGES DÁRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

amaliabdario@gmail.com

FÁBIO ALEXANDRE ROSA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

fabio.alexandre@ufsc.br

GRAZIELE ALANO GESSER

u

graziele.alano@gmail.com

PATRÍCIA ZIMMERMANN DE FARIAS BENITES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

patricia.farias@ufsc.br

RESUMO

A presente pesquisa teve como finalidade analisar a concepção de compromisso social do servidor das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e avaliar sua contribuição na consecução do compromisso social institucional. Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo e bibliográfico. A fim de identificar contribuições teóricas em artigos, relatórios de pesquisa, dissertações e teses, realizou-se um levantamento, no período compreendido entre os dias 12/07/2016 e 21/07/2016, no sistema eletrônico de pesquisa Google Acadêmico. Ao realizar a análise dos dados, identificou-se uma aparente confusão entre os termos responsabilidade e compromisso social, tanto na literatura sobre o tema quanto nos trabalhos investigados neste artigo. Essa investigação possibilitou a identificação de várias ações e programas que representam o compromisso social das IFES investigadas e permitiu perceber que ele faz parte dos princípios e da cultura da instituição, permeando, deste modo, todas as ações da Instituição. Desta forma, conclui-se que os principais resultados da presente pesquisa direcionam no sentido de que o envolvimento dos servidores contribui para a efetivação do compromisso social institucional.

Palavras-chave: Administração universitária; Instituições Federais de Ensino Superior; servidor público; compromisso social.

1. INTRODUÇÃO

Durante os últimos dez anos, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) passaram por uma série de transformações promovidas, sobretudo, pelo processo de expansão da educação superior, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)¹ e também pela instituição da Rede Federal de Educação Profissional, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia².

Diante desse novo cenário, permeado pelo aumento do quadro de servidores, pela multiplicação dos campi, pela interiorização, por ações afirmativas e uma série de novas demandas, tanto em relação ao acesso quanto em à permanência estudantil, as IFES precisaram se adequar e repensar suas políticas institucionais. Essa nova configuração das instituições passou a demandar profissionais imbuídos de compromisso e competência, conscientes de seus papéis de agentes públicos.

Neste contexto, a presente pesquisa tem como finalidade analisar a concepção de compromisso social do servidor das IFES e avaliar sua contribuição na consecução do compromisso social institucional. Para tanto, buscou-se verificar e descrever os enfoques encontrados nas produções científicas analisadas, as quais foram identificadas por meio de levantamento bibliográfico realizado no sistema eletrônico de pesquisa Google Acadêmico.

A relevância deste trabalho consiste na identificação de como a atuação das IFES, por intermédio de seus agentes, pode contribuir para a emancipação e desenvolvimento da sociedade em seu entorno.

O artigo está organizado da seguinte forma: na primeira seção, realizou-se uma revisão da literatura, contextualizando-se o tema da pesquisa. Na segunda seção, apresentou-se o percurso metodológico utilizado na presente investigação e, na seção seguinte, demonstrou-se os resultados da pesquisa. Por fim, nas considerações finais, teceu-se algumas reflexões acerca dos objetivos e resultados da pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Visando subsidiar a compreensão e análise dos trabalhos científicos selecionados para pesquisa, esta seção apresenta uma revisão da literatura, levantando conceitos sobre administração universitária, IFES, servidores públicos, compromisso social das Instituições de Ensino Superior (IES) bem como compromisso social dos servidores públicos das IFES.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, promoveu proeminentes mudanças estruturais da administração universitária. Desde então, diante do novo cenário, mais competitivo e exigente, tem havido uma maior preocupação com o aprimoramento das atividades de gestão (PASCUCI et al, 2016).

Neste contexto, a administração universitária, definida por Schlickmann e Melo (2013, p. 9) “como um campo científico [...] cujo objeto de estudo são as organizações de educação superior, universitárias ou não”, surge para subsidiar o desenvolvimento institucional.

No Brasil, a estruturação da educação superior é definida pela LDB e pelo Decreto nº 5.773/06. Na LDB estão previstos os sistemas federal, estaduais e municipais de ensino bem como IES públicas (mantidas pelos Poderes Públicos) ou privadas (mantidas pela iniciativa privada) (BRASIL, 1996). Quanto ao sistema federal de ensino superior, este “compreende as instituições federais de educação superior, as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada e os órgãos federais de educação superior” (BRASIL, 2006).

¹ O REUNI foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

² Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008: Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

Para Brasil (2005), “os órgãos e entidades públicos vinculados ao Ministério da Educação que tenham por atividade-fim o desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino, da pesquisa e extensão e que integram o Sistema Federal de Ensino” são consideradas Instituições Federais de Ensino. Em relação à organização acadêmica, as IES são classificadas pelo Decreto nº 5.773/2006 em Faculdades, Centros Universitários e Universidades.

Além das IES, também integra o Sistema Federal de Ensino a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instituída em 2008, por meio da Lei nº 11.892/08. Essa rede é constituída pelas seguintes instituições: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais); Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) e de Minas Gerais (CEFET-MG); Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e Colégio Pedro II (BRASIL, 2008).

Em relação à administração, as IES são instituições complexas que possuem especificidades como a descontinuidade administrativa e a participação da comunidade universitária nas decisões. Além disso, a legislação brasileira, por meio do Decreto nº 94.664/87, prevê que as atividades da gestão universitária sejam exercidas tanto por docentes quanto por técnico-administrativos (BRASIL, 1987). Neste cenário, as competências administrativas e acadêmicas devem se mesclar a fim de produzir uma estrutura capaz de lidar com os percalços da administração (SEIDEL, 2015).

No âmbito das IFES, e, conforme determinado na Lei nº 8.112/90, as atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional de determinado órgão ou instituição pública devem ser incumbidas a um servidor que “é a pessoa legalmente investida em cargo público” (BRASIL, 1990). Cargo público, por sua vez, consiste no conjunto destas atribuições e responsabilidades.

De acordo com a Lei nº 12.772/12, nas Instituições Federais de Ensino (IFE) o corpo docente é composto pelos cargos efetivos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal “e pelos Professores Visitantes, Professores Visitantes Estrangeiros e Professores Substitutos” (BRASIL, 2012). Em relação ao Plano de Carreiras e Cargos, o mesmo é constituído: pela Carreira de Magistério Superior; pela Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico; pelos Cargos Isolados de provimento efetivo de Professor Titular-Livre do Magistério Superior e de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. As carreiras de Magistério Superior e de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico destinam-se, respectivamente, “a profissionais habilitados em atividades acadêmicas próprias do pessoal docente no âmbito da educação superior” e “no âmbito da educação básica e da educação profissional e tecnológica” (BRASIL, 2012).

As seguintes atividades são atribuídas aos servidores técnico-administrativos:

- I - as relacionadas com a permanente manutenção e adequação do apoio técnico, administrativo e operacional necessário ao cumprimento dos objetivos institucionais;
- II - as inerentes ao exercício de direção, chefia, coordenação, assessoramento e assistência, na própria instituição (BRASIL, 1987).

Os profissionais que atuam nas IFES possuem deveres instituídos, sobretudo, por meio da Lei nº 8.112/90 e do Decreto nº 1.171/94. Comparativamente, o Código de Ética do Servidor Público Federal (Decreto nº 1.171/94) apresenta um rol mais extenso do que nomeia de “deveres fundamentais do servidor público” (BRASIL, 1994). Entre os deveres constantes no referido Decreto estão: consciência dos princípios éticos que regem o trabalho; tempestividade, rapidez, perfeição e rendimento no exercício das atribuições; probidade, retidão, lealdade, justiça, integridade; assiduidade e frequência; atenção, cuidado, cortesia, urbanidade no atendimento ao público; indistinção e respeito à capacidade e às limitações individuais dos usuários; respeito à hierarquia; resistência a pressões relativas a obtenção de favores ou vantagens indevidas; dever de comunicar atos e fatos contrários ao interesse

público; zelo com o local de trabalho; no exercício do direito de greve, zelo na prestação dos serviços relativos à defesa da vida e à segurança coletiva; abstenção quanto ao exercício das prerrogativas funcionais ou exercício do poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público. Não obstante às diferenças, alguns deveres contidos na Lei nº 8.112/90 foram reforçados pelo Decreto nº 1.171/94. No entanto, diante desse rol de deveres, valores éticos e responsabilidades inerentes ao cargo público, pode-se apenas ter uma vaga noção do que seria o compromisso social do servidor público.

O termo compromisso, segundo Houaiss (2009), vem do latim *compromissuum*, e pode significar, entre outras coisas: obrigação assumida por uma ou diversas partes; comprometimento; acordo político; pacto. Para o presente estudo, a concepção de compromisso será no sentido de comprometimento.

Segundo Freire (1979), o compromisso depende de uma decisão lúcida, consciente, concreta e profunda de quem o assume, caso contrário, não passaria de mera abstração. Para o autor, um ser que não é capaz de agir e refletir, de se distanciar da sua realidade, sair do seu contexto para pensá-lo e poder transformá-lo, também não é capaz de comprometer-se, pois seria um ser a-histórico e somente um ser histórico, que reflete sobre si e o seu estar no mundo, um ser da práxis, seria capaz de comprometer-se verdadeiramente.

Em consonância com Freire, Gohn (2011) remete ao que considera o verdadeiro significado de compromisso social, que, para a autora, perpassa pela solidariedade, pela promoção e pelo desenvolvimento dos agentes e dos atores sociais.

O compromisso social é fruto de um feixe de relações e ações, com sentido e significado inteligível e pactuado entre as instituições e organizações envolvidas – quer seja uma universidade ou outra, onde há aprendizagens, construção de saberes, ações que situem os indivíduos no centro do processo e não às imagens de uma empresa, à busca do lucro ou do marketing (GOHN, 2011, p. 116).

Para Courel (2014), o compromisso social se traduz em uma postura ética de consciência da co-responsabilidade com questões da sociedade, com desenvolvimento de projetos e ações voltados para a comunidade, que tenham como objetivo a melhoria da qualidade de vida. Tal definição tem como base a concepção de uma sociedade mais justa e igualitária, compreendendo os atores sociais na sua integralidade, como seres sociais, indivíduos e cidadãos. Para a autora, o compromisso social não é apenas um discurso, visto demandar envolvimento, posicionamento e ação-reflexão, lembrando que as ações devem estar atreladas à realidade social da comunidade em questão.

No que tange ao compromisso ou, segundo alguns autores, à função social ou até ao papel social da Universidade, muitos são os entendimentos e interpretações.

Para Santos (2005), em meados do século XX, o Estado brasileiro passou a planejar projetos de desenvolvimento e modernização nacionais, com o objetivo de fortalecer a nação como espaço econômico, social e cultural, delimitando fronteiras geopolíticas e implantando um sistema político adequado que conquistasse a lealdade dos cidadãos e promovesse a solidariedade e a paz. Para concretizar esses projetos era necessária a produção de novos conhecimentos e, com isso, os estudos passaram a ser direcionados a esse propósito e, segundo o autor, o papel da Universidade foi fundamental nesse processo, mesmo quando fazia críticas severas. O envolvimento foi tão grande que pensar o projeto de país se tornou a segunda natureza da universidade, de tal forma que questionar o projeto político era questionar a própria universidade.

Entretanto, nos últimos vinte anos, a globalização neoliberal minou o projeto nacional brasileiro, influenciando não só no financiamento do ensino superior pelo Estado, mas também definindo o foco e a prioridade dos estudos e pesquisas, o que, para o autor, acarretou certa “incapacitação epistemológica” (SANTOS, 2005, p. 35.) da universidade e, conseqüentemente, uma desorientação quanto a sua função social. Na concepção do autor, para o neoliberalismo a eficácia ou a responsabilidade social da universidade é subentendida

como a sua capacidade de produzir conhecimento economicamente útil (comercializável), que teve como consequência a crise institucional da universidade.

Apesar disso e, embora estudos do Banco Mundial apontem que a América Latina apresenta um grande número de índices de desigualdades em vários aspectos, tais como, distribuição de renda, serviços, acesso à saúde e, principalmente, acesso à educação, a universidade Latino-americana, desde o princípio, tem assumido uma função muito maior do que formar pessoas. Ela procura formar cidadãos empenhados com o compromisso social, com a diminuição das desigualdades, com a criação de oportunidades para todos, com o desenvolvimento econômico e social e com questões ligadas à construção e manutenção de identidades culturais (STALLIVIERI, 2006).

Para Goergen (2006), a universidade possui grande relevância para o desenvolvimento da sociedade, apesar da relação entre ciência e desenvolvimento ser muito mal compreendida no contexto do nosso país, que é permeado pelo atraso cultural e pela falta de verbas para a educação. Aponta que, muitas vezes, para tentar dar conta do seu compromisso social, a universidade estabelece relações quase mecânicas entre as atividades acadêmicas e a sociedade ao mesmo tempo que tenta manter seu caráter autônomo e crítico. Para o autor:

Esse tipo de política que instrumentaliza a universidade, geralmente levada a cabo com a melhor das intenções, deseja dar conta do compromisso social da universidade privilegiando atividades de ensino e pesquisa que tenham aplicação direta prática ao contexto social, tendo em vista a superação das carências ali encontradas. Os recursos públicos investidos na universidade devem, segundo essa estratégia, gerar produtos socialmente úteis, não raro, no sentido de suprir responsabilidades em princípio pertinentes a outros setores governamentais (GOERGEN, 2006, p. 66).

Na mesma esteira, para Calderón (2006), o compromisso social da universidade se traduz nas suas atividades de extensão:

Tradicionalmente, a construção das pontes entre a universidade e a sociedade, a concretização do compromisso social da universidade e a reflexão ética sobre a dimensão social do ensino e da pesquisa têm sido uma atribuição da chamada extensão universitária. (CALDERÓN, 2006, p. 14)

Para Goergen (2006), o compromisso social da universidade também pode ser interpretado como accountability: “o que devemos entender por compromisso social da universidade. Não se trata de outra coisa senão da prestação de contas que a universidade deve à sociedade” e ressalva que “soberba e distante, a universidade nunca atribuiu grande importância a isso” (GOERGEN, 2006, p. 68).

Nesta seara, Goergen (2006) considera que o primeiro e mais importante compromisso social da universidade consiste em primar pela qualidade das atividades de ensino e pesquisa, que são suas funções básicas. O objetivo da instituição universitária deve ser a criação de condições para a produção de conhecimento e a formação de bons profissionais e, para que isso se efetive, deve focar na formação de seus docentes.

Dias Sobrinho (2006) entende que, em vez de compromisso social da universidade, é mais adequado tratar-se da função social da universidade:

Quanto à expressão compromisso social, [...] a palavra “função” me agrada muito mais ao se referir ao que realmente a instituição educativa está fazendo, as suas finalidades e a sua produção. Diria até mais: o social seria desnecessário, mesmo tomando-se, simplesmente, a palavra universidade. A universidade ou qualquer outra instituição educativa, por natureza, tem que ser social. É uma instituição da sociedade. Se ela estiver cumprindo bem a sua função, a expressão “compromisso social” se tornará redundante (DIAS SOBRINHO, 2006, p. 139).

A preocupação governamental com o compromisso social das universidades pode ser percebida nas “Diretrizes gerais” estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC) e a serem cumpridas pelas universidades que aderiram ao REUNI. Essas diretrizes foram estruturadas em seis dimensões, uma delas denominada de **Compromisso Social da Instituição**. Na

perspectiva do MEC, essa dimensão aborda três aspectos: políticas de inclusão; programas de assistência estudantil; e políticas de extensão universitária (BRASIL, 2007, p. 2).

Um reduzido número de materiais aborda o tema compromisso social das IES e o tema compromisso social dos agentes públicos é ainda menos tratado. Desta forma, a discussão do tema acaba se limitando ao campo dos valores éticos ou dos deveres e responsabilidades dos agentes, cabendo ao pesquisador subentendê-lo a partir do enfoque institucional do tema.

Não obstante, as instituições são constituídas e representadas por pessoas que, por sua vez, são responsáveis pela materialização do compromisso social assumido pela instituição. Para Bergue:

As pessoas são, na grande maioria do processo de trabalho, o componente essencial no processo de criação de valor público (valor para a sociedade). A inserção da dimensão humana na abordagem da geração de produtos públicos põe em destaque a legitimidade do gasto público (BERGUE, 2014, p. 169).

Assim, para que o compromisso social da instituição seja efetivado torna-se necessário que os agentes públicos estejam comprometidos com a organização, com seus valores e sua missão, ou seja, tenham um sentimento de pertencimento e identificação com a instituição. Isto posto, a definição dos valores e objetivos das instituições são fundamentais para a definição do seu compromisso social e, conseqüentemente, do compromisso social de seus agentes. Essas ações perpassam pelo próprio processo de gestão, assim como pelo processo de formação.

3. METODOLOGIA

Esta seção apresenta a metodologia adotada na presente pesquisa. Trata-se de estudo qualitativo, conduzido por meio de uma revisão bibliográfica de trabalhos sobre compromisso social dos servidores públicos das IFES. Segundo Matias-Pereira (2010), a pesquisa qualitativa visa facilitar a interpretação e avaliação dos dados obtidos. Já para Triviños (1987), a pesquisa qualitativa tem como preocupação essencial o significado dos dados e, portanto, busca captar tanto a aparência quanto a essência do fenômeno.

Esta pesquisa foi classificada de acordo com a taxionomia proposta por Vergara (2010): quanto aos fins, trata-se de uma pesquisa de natureza descritiva, uma vez que constrói correlações entre variáveis e enfatiza características de uma população ou fenômeno; quanto aos meios, classifica-se como estudo bibliográfico, tendo em vista o uso de materiais publicados e disponíveis sobre o tema de estudo (MARCONI; LAKATOS, 2003; VERGARA, 2010).

Quanto aos métodos de coleta de dados, foram utilizados para o presente estudo levantamentos bibliográficos e documentais, para os quais buscou-se contribuições teóricas em livros, artigos, relatórios de pesquisa, dissertações e teses. O levantamento, visando à identificação de pesquisas correlatas, foi realizado no período compreendido entre os dias 12/07/2016 e 21/07/2016, no sistema eletrônico de pesquisa Google Acadêmico.

Para refinamento da consulta, e para diminuir o retorno de trabalhos não alinhados aos propósitos da presente pesquisa, foram realizadas duas buscas entrelaçadas com a combinação de três termos usados simultaneamente: na primeira busca, foram associadas as expressões **compromisso social**, **servidor público** e **ensino superior** e na segunda busca foram entrelaçados os descritores **compromisso social**, **servidor** e **universidade**. Como os primeiros resultados do sistema são disponibilizados por ordem de relevância, os filtros de pesquisa foram configurados da seguinte maneira: a) inclusão do período específico: 2013 a 2015; b) desmarcação dos campos “incluir patentes” e “incluir citações”; c) seleção da opção

“Pesquisar páginas em Português”. O período foi delimitado para o retorno de pesquisas mais recentes e mais relevantes sobre o tema.

Após esses procedimentos, a plataforma retornou 594 pesquisas potencialmente alinhadas à presente investigação. Esses trabalhos passaram por uma análise prévia e muitos foram eliminados pelos seguintes motivos: data de publicação fora do escopo; publicação fora do país; trabalhos repetidos; tipo de material não atendendo as necessidades desta pesquisa; temas diferentes dos abordados na presente pesquisa; estudos de casos realizados em outros órgãos da administração pública ou em IES estaduais ou particulares. Assim, ao final da pré-análise, restaram 101 trabalhos selecionados para uma análise mais minuciosa.

Com o intuito de identificar apenas as ações voltadas ao compromisso social das IFES e de seus servidores, optou-se por selecionar e analisar efetivamente somente as pesquisas que apresentassem uma prática ou experiência bem como indicassem o nome da(s) instituição(ões) estudada(s), desde que se tratasse(m) de IFES. Portanto, os estudos multi-casos envolvendo IFES em conjunto com IES de outra natureza foram excluídos. Dando sequência, para a avaliação do material pré-selecionado, utilizou-se um roteiro de análise com a finalidade de obter informações relevantes. Após a apreciação dos estudos, por meio do roteiro, percebeu-se que 77 não tinham aderência ao tema da presente pesquisa, ou seja, não pertenciam ao universo desta pesquisa. Ao final desta verificação, vinte e quatro (24) pesquisas compuseram a amostra desta investigação.

4. RESULTADOS DA PESQUISA

Esta seção evidencia os resultados da pesquisa, a partir da análise dos aspectos relacionados ao compromisso social dos servidores públicos das IFES. Como descrito na seção anterior, foram analisados vinte e quatro trabalhos, relacionados a seguir.

Quadro 1: Relação de pesquisas analisadas

| Seq. | Ano | Título | Disponível em: | Tipo | Instituição Estudada |
|------|------|--|---|-----------------------|----------------------|
| 1 | 2015 | Administração Pública nas Instituições Federais de Ensino Superior: Conhecimento dos Gestores da Administração Central | http://www2.unifesp.br/centros/cedess/mestrado/teses/tese_162_maria_cristina.pdf | Dissertação | UNIFESP |
| 2 | 2015 | Ética bibliotecária em universidades do Norte e Nordeste do Brasil | http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/18666/16441 | Artigo | Multi-caso |
| 3 | 2013 | Expressão de ética profissional bibliotecária nos portais dos sistemas de bibliotecas universitárias de IES sediadas nas regiões Norte e Nordeste do Brasil classificadas como as dez melhores no ranking Universitário da Folha (RUF) - 2012 por qualidade em pesquisa. | http://eprints.rclis.org/22570/1/RELATORIO%20DA%20PESQUISA%20%202a.%20etapa.pdf | Relatório de pesquisa | Multi-caso |
| 4 | 2015 | A experiência da Universidade Federal do Rio Grande do Sul de gestão da área de capacitação alinhada às políticas nacionais de capacitação e desenvolvimento de servidores | https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/136115/101_0022_2e.pdf?sequence=1&isAllowed=y | Artigo | UFRGS |
| 5 | 2013 | O programa de ações afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina na perspectiva do novo serviço público e da gestão social | https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/106861/317297.pdf?sequence=1&isAllowed=y | Dissertação | UFSC |
| 6 | 2013 | Competências requeridas aos gestores em | https://repositorio.ufsc.br/bitstream/han | Dissertação | IFC |

| | | | | | |
|----|------|--|---|-------------|-----------|
| | | cargos de direção do Instituto Federal Catarinense - Câmpus Camboriu | d/123456789/122860/323515.pdf?sequence=1&isAllowed=y | | |
| 7 | 2014 | Relações de trabalho e poder em universidades públicas: uma análise crítica | http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-11122014-180304/en.php | Tese | UNIPAMPA |
| 8 | 2014 | Políticas públicas educacionais: uma análise sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil no contexto da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM | http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/123187/000821845.pdf?sequence=1&isAllowed=y | Dissertação | UFTM |
| 9 | 2015 | Contribuições das competências organizacionais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul para a implementação de seus papéis sociais | https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/999/Dissertacao%20Alexandra%20Andreis.pdf?sequence=1&isAllowed=y | Dissertação | Multicaso |
| 10 | 2015 | Desafios da inclusão de pessoas com deficiência: um projeto de responsabilidade social da Universidade Federal de Santa Catarina | https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2015v8n3p93/30474 | Artigo | UFSC |
| 11 | 2014 | O processo de gestão de desenvolvimento do espaço público na universidade: uma prática educativa e social | https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2014v7n3p43/28254 | Artigo | UFSC |
| 12 | 2014 | Índice de responsabilidade social da universidade: uma metodologia de avaliação institucional | http://www.gota.eng.br/downloads/teses/tesemancinelli.pdf | Tese | UFPB |
| 13 | 2014 | A Universidade Federal de Santa Catarina e a constituição de uma universidade sustentável: um estudo de caso no serviço de nutrição e dietética do Hospital Universitário | https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/128830/328611.pdf?sequence=1&isAllowed=y | Dissertação | UFSC |
| 14 | 2015 | Sustentabilidade socioambiental no ensino superior: um estudo com indicadores na Universidade Federal de Sergipe | https://bdtd.ufs.br/bitstream/tede/2738/2/D%C3%89BORA_EVANGELISTA_R_EIS_OLIVEIRA.pdf | Tese | UFS |
| 15 | 2014 | UFRN e Gespública: uma experiência da Diretoria de Administração de Pessoal (DAP) | https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/131776/2014-156.pdf?sequence=1&isAllowed=y | Artigo | UFRN |
| 16 | 2013 | Acesso com (in) sucesso? O Programa de Incentivo Acadêmico na Universidade Federal de Pernambuco – BIA/UFPE | http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/11404/ACESSO%20COM%20SUCESSO%20IN%20SUCESSO%20COM%20SUCESSO%20PROGRAMA%20DE%20INCENTIVO%20ACAD%20UNIVERSIDADE%20FEDERAL%20PERNAMBUC.pdf?sequence=1&isAllowed=y | Dissertação | UFPE |
| 17 | 2013 | A universidade e o patrimônio cultural: uma análise das ações de extensão do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco com vistas à preservação da Feira de Caruaru, patrimônio cultural imaterial do Brasil | http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/11350/disserta%C3%A7%C3%A3o%20vers%C3%A3o%20final.pdf?sequence=1&isAllowed=y | Dissertação | UFPE |
| 18 | 2014 | Avaliação da política de apoio ao estudante desenvolvida pela UNIRIO: o Projeto de Bolsa Permanência | http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362014000300009&script=sci_arttext&tlng=pt | Artigo | UNIRIO |
| 19 | 2014 | A atuação da Comissão de Ética Setorial no Instituto Federal da Bahia: um estudo de caso | https://www.repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/17670/1/Nascimento%20c%20Elia%20Silva_.pdf | Dissertação | IFBA |
| 20 | 2015 | Universidade e compromisso social: a prática da Universidade Federal de Santa Catarina no Núcleo de Estudos da Terceira Idade | https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103497/318074.pdf?sequence=1&isAllowed=y | Dissertação | UFSC |
| 21 | 2014 | Política institucional de inclusão educacional: Desafios e possibilidades na | https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/123193/327453.pdf?seq | Dissertação | UFSC |

| | | | | | |
|----|------|---|---|-------------|--------|
| | | Universidade Federal de Santa Catarina | uence=1&isAllowed=y | | |
| 22 | 2014 | Avaliação institucional: o caso da UFSCar | https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2706/5853.pdf?sequence=1&isAllowed=y | Dissertação | UFScar |
| 23 | 2013 | Influência das relações de poder na implementação do planejamento estratégico | http://cascavel.ufsm.br/tede/tde_arquivos/12/TDE-2013-12-26T100113Z-4737/Publico/RIBEIRO.%20JOSE%20ORION%20MARTINS.pdf | Dissertação | UFSM |
| 24 | 2015 | Unidade Saúde Escola: concepções acerca da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão dos diferentes atores | https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/6905/6754.pdf?sequence=1&isAllowed=y | Dissertação | UFScar |

Fonte: Elaborado pelos autores

O trabalho 1, trata-se de uma dissertação apresentada no ano de 2015, que aborda os temas competências administrativas e acadêmicas, formação de lideranças e conhecimentos dos gestores da Administração Central da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). De acordo com essa pesquisa, os gestores consideram importante o “saber fazer” e o conhecimento para o exercício da prática e se percebem como agentes importantes na condução de mudanças nos processos de trabalho. A autora da pesquisa considera que para que as IFES desempenhem seu compromisso social é essencial a formação de lideranças bem como a existência de um corpo administrativo preparado e comprometido. Entretanto, a autora aponta falhas quanto à inexistência de política institucional de desenvolvimento de pessoal e quanto à falta de indicadores de qualidade para avaliação dos servidores.

O trabalho 2 consiste em um artigo publicado em 2015, que aborda a temática da responsabilidade social e da prática profissional do bibliotecário de bibliotecas universitárias de dez IFES³. O artigo ressaltou que a responsabilidade e compromisso social constam do Código de Ética do bibliotecário e que os serviços desses profissionais expressam a responsabilidade e compromisso social com o usuário. O estudo aponta um dilema ético deste profissional, pois, de um lado, as bibliotecas universitárias das IES públicas são mantidas com recursos públicos e, portanto, são públicas e deveriam permitir acesso universal da população aos serviços e aos acervos dessas bibliotecas. Por outro lado, o usuário que não está formalmente vinculado à universidade é um cidadão que não existe para essa biblioteca e, portanto, não pode acessar seus serviços.

Publicado em 2013, o trabalho 3 é um relatório de pesquisa de mesma autoria e tema do trabalho 2, tratando, portanto, sobre ética profissional dos bibliotecários das dez IFES, e apresentando resultados e conclusões semelhantes, porém mais detalhados.

O trabalho 4 trata-se de um artigo publicado em 2015 que traz como tema o Programa de Qualificação e Aperfeiçoamento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Consta nesse programa, que o desenvolvimento de pessoal da Universidade objetiva melhorar a qualidade dos serviços prestados por ela e ao cumprimento de seus compromissos sociais como instituição pública. Assim, percebe-se que a UFRGS buscou atender ao seu compromisso social por meio do seu programa de qualificação.

A dissertação de mestrado - trabalho 5 - publicada em 2013, consiste na análise do Programa de Ações Afirmativas (PAA) do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Este programa, implementado em 2008, foi elaborado pelo Grupo de Trabalho de Etnia, Gênero e Classe da Associação dos Professores da UFSC (APUFSC) e deixa claro, já no preâmbulo, o cerne do PAA no sentido da construção de uma

³ IFES estudadas: Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Universidade Federal de Sergipe (UFS).

sociedade justa e democrática e da promoção do acesso democrático à Universidade, prezando-se pela diversidade (socioeconômica e étnico-racial) e pelo compromisso de uma instituição pública e social. Por meio dessa dissertação, percebe-se o papel fundamental dos servidores docentes na elaboração e implementação dessa ação de inclusão social, contribuindo com o compromisso social da Universidade.

O trabalho 6, dissertação publicada em 2013, não traz uma prática e sim uma proposta de competências desejáveis para os gestores em cargos de direção do Instituto Federal Catarinense (IFC), visando nortear as diretrizes de desenvolvimento desses gestores. De acordo com a pesquisa, a política de desenvolvimento de pessoas do IFC, baseada em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), busca proporcionar o crescimento pessoal e profissional, estando pautada, além de outros aspectos, no compromisso social tanto da instituição quanto dos servidores.

O trabalho 7 é uma tese defendida em 2014 que teve como objetivo a análise das relações de trabalho estabelecidas na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), enquanto universidade em fase de implantação. Consta no Projeto Institucional da UNIPAMPA o compromisso assumido por seus professores no sentido da construção de uma instituição democrática, de qualidade e comprometida com o desenvolvimento sustentável. Com estes propósitos e no intuito de incorporar os valores institucionais às práticas dos servidores, a Universidade desenvolveu ações visando tanto receber os novos docentes quanto proporcionar o seu desenvolvimento profissional. Percebe-se, neste caso, a importância atribuída à criação de uma cultura organizacional que favoreça a incorporação do compromisso social no cotidiano das pessoas.

A dissertação defendida em 2014 - trabalho 8 - teve como principal finalidade investigar a Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Mato Grosso (UFTM). A Pró-reitoria responsável pela política realiza, por intermédio das suas unidades (Núcleo de Assistência Estudantil - NAE, Núcleo de Acessibilidade e Monitoria Inclusiva), as seguintes ações: atendimento dos Programas de Auxílios (alimentação, moradia, permanência e transporte), impressões de materiais em Braille, apoio realizados por tradutoras e intérpretes de Libras, atendimento do Programa de Assessoria e Orientação ao aluno com Necessidades Especiais, consultas diversas realizadas nos programas de saúde, entre outras ações. O NAE é formado por uma equipe multiprofissional, incluindo assistentes sociais, que têm como papel buscar a efetivação do acesso universal à educação como princípio ético e compromisso com a sociedade são ressaltados na pesquisa.

O trabalho 9, dissertação defendida em 2015, trata-se de um estudo multi-caso que teve como objetivo analisar as competências organizacionais e suas contribuições para a prática da responsabilidade social em três Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia⁴ localizados no Estado do Rio Grande do Sul. Ações inclusivas, programas de educação de jovens e adultos, cursos extracurriculares de formação inicial e continuada, plano de gestão ambiental, são alguns dos programas, políticas e projetos de caráter social dos Institutos apresentadas na dissertação. De acordo com a pesquisa, as três IFES interagem com a sociedade de seu entorno por meio de audiências, as quais visam o conhecimento das demandas regionais o que, por sua vez, permite o alinhamento das ofertas de cursos cada Instituto às realidades socioeconômicas do seu entorno. As ações dos três Institutos evidenciam seu engajamento com a responsabilidade social e sua preocupação em gerar conhecimentos que interfiram no desenvolvimento socioeconômico da sociedade vizinha. Contudo, a pesquisa apresenta uma ressalva quanto à falta de compreensão, por parte de

⁴ IFES investigadas: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSUL) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFarroupilha).

alguns servidores, de que a responsabilidade social deve ser uma preocupação de todos. Assim, devido à existência de uma cultura organizacional que não prestigia uma visão global, existem servidores que não são comprometidos com a causa.

O trabalho 10 é um artigo publicado em 2015, que analisou a responsabilidade social da UFSC por meio das ações de inclusão de servidores com deficiência (PcD) na Instituição. A pesquisa ressalta que a Universidade instituiu uma equipe multiprofissional para elaborar metas de acessibilidade, elaborar planos e estratégias para a inserção do PcD na Instituição, para avaliar a compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência do novo servidor e para acompanhar o desempenho e as necessidades dele. Apesar dos pontos positivos identificados em relação aos aspectos legais e institucionais no sentido de inclusão, integração e acompanhamento às PcDs, o artigo ressalva que não existem elementos suficientes para caracterizar a UFSC como instituição socialmente responsável, tendo em vista que são poucas essas ações de inclusão e acessibilidade e também em virtude da falta de participação efetiva dos interessados nas tomadas de decisão e, ainda, da falta de prestação de contas das ações de responsabilidade social. Neste panorama, os autores sugerem características que poderiam contribuir com a responsabilidade social da Instituição, tais como: a) sustentabilidade das ações de inclusão, para a qual a formação da equipe multiprofissional foi um passo importante; b) permear todas as dimensões e ações da Universidade pelo conceito de responsabilidade social.

O artigo publicado em 2014 - trabalho 11 - baseou-se em uma dissertação defendida em 2012. Por meio da análise do caso da UFSC, o artigo buscou associar espaço público e formatura pública (colação de grau) como prática educativa e social. Como resultado do esforço, determinação e comprometimento da UFSC, desde 2004, as solenidades de colação de grau da Universidade são realizadas nas dependências da instituição e organizadas e executadas por seus servidores, promovendo igualdade e inclusão social. Algumas ações, no sentido de comprometimento institucional e pessoal na busca pela consolidação e preservação do caráter público da formatura, são resgatadas da dissertação: participação de todos na construção do público; manutenção, por parte da UFSC, das condições necessárias; gestão de pessoas; relação de poder; conscientização. Em relação à gestão de pessoas, a pesquisa revela alguns obstáculos, tais como dificuldade em manter profissionais qualificados, rotatividade, descontentamento e desmotivação em virtude, principalmente, dos horários de realização das formações. As autoras concluem que, devido a esse desafio, percebe-se que é o compromisso com a atividade e com a instituição que mantém os servidores no setor e, além disso, consideram que o resgate da formatura pública demonstra o compromisso social da Instituição perante à sociedade.

O trabalho 12 é uma tese apresentada em 2014 que teve como tema a elaboração de uma proposta de índice de responsabilidade social para a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Visou estabelecer uma metodologia de avaliação institucional que estipulasse um índice de responsabilidade social e que, por meio da mensuração de critérios e consequente melhoria das informações, suscitasse ações de melhoria por parte dos gestores da UFPB. Segundo o estudo, a busca constante da eficiência na utilização de recursos e a necessidade de aumentar o nível de consciência da relevância social das atividades da universidade junto à comunidade são compromissos de todo o corpo docente e técnico-administrativo, assim como as ações de responsabilidade social de criação, sistematização e difusão do conhecimento são vitais no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável.

O trabalho 13 se constitui em uma dissertação, apresentada em 2014, que busca identificar os pressupostos de uma universidade sustentável por meio do estudo da concepção de desenvolvimento sustentável dos gestores do Serviço de Nutrição e Dietética do Hospital Universitário (HU) da UFSC. O estudo apurou que, segundo os gestores do Serviço de Nutrição e Dietética do HU, a concepção de universidade sustentável tem relação direta com o

processo de construção do conhecimento e de conscientização dos sujeitos, utilizando como instrumento a socialização da informação. Os resultados da pesquisa apontam que a formação e a gestão são os dois polos de sustentação para a constituição de uma universidade sustentável, que necessitam se integrar e interagir com vistas a buscar caminhos de ações de sustentabilidade social. A pesquisa adverte que a burocracia institucional é um fator que limita a universidade no cumprimento do seu papel como instituição social.

O trabalho 14 é uma tese, apresentada em 2015, cujo objetivo geral é analisar grupos de indicadores socioambientais para a Universidade Federal de Sergipe (UFS), sob o olhar do desenvolvimento sustentável. O estudo se propõe a subsidiar a melhoria da qualidade dos serviços e informações prestados pela Universidade e a promover a utilização adequada dos recursos públicos dentro de uma perspectiva do compromisso social amplo. Ao final, a autora constatou a necessidade da descentralização de informações, sistematização de dados e criação de canais de comunicação com a finalidade de divulgar estudos científicos e promover a sensibilização e a participação social, assim como a sensibilização e o treinamento de gestores para possibilitar a implementação de programas e ações visando à sustentabilidade e responsabilidade social.

O artigo publicado em 2014, tratado aqui como trabalho 15, relata a experiência da adesão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) ao Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública). A adesão levou a instituição a realizar uma autoavaliação, utilizando o Instrumento para Avaliação da Gestão Pública e a elaborar, em 2010, a Carta de Serviços da Diretoria de Administração de Pessoal (DAP). Pensamento sistêmico, comprometimento com as pessoas, foco no cidadão e na sociedade, responsabilidade social, controle social e gestão participativa são alguns dos fundamentos gerenciais do Modelo de Excelência em Gestão Pública apontados pelo Gespública. Os autores concluem que a experiência da UFRN foi bem sucedida, uma vez que o aprendizado contínuo aliado à dedicação da DAP, a partir da elaboração da Carta de Serviços, ao pensamento global e aos processos de gestão permitirá à instituição atingir níveis de excelência em gestão pública e eficácia nos serviços prestados à sociedade.

O trabalho 16 é uma dissertação, apresentada em 2013, cujo tema é a avaliação do Programa de Bolsa de Incentivo Acadêmico na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o qual consiste no oferecimento de bolsas com o intuito de garantir a permanência dos alunos na Universidade. O trabalho versa sobre políticas de inclusão e de assistência estudantil e seus resultados demonstram que, na dimensão acadêmica, o programa se mostra como um valioso instrumento de auxílio na adaptação à vida universitária do estudante ingressante e que propicia melhoras dos índices de desempenho acadêmico, de retenção e de evasão. Para a autora, o programa exerce um importante papel no que diz respeito ao acesso, à permanência e ao sucesso do estudante oriundo de escolas públicas no ambiente universitário. Ressalta, porém que, no aspecto político-institucional, persistem fragilidades que demandam o alinhamento do programa, a revisão de critérios de elegibilidade e metas de público-alvo.

Apresentado em 2013, o trabalho 17 é uma dissertação que trata sobre a análise das ações extensionistas do Centro Acadêmico do Agreste da UFPE com vistas à preservação da Feira de Caruaru, patrimônio cultural imaterial do Brasil, e das tradições culturais que nela se manifestam. As constatações do estudo foram quanto: à falta de engajamento dos docentes nas ações de extensão; à falta de diálogo entre a Universidade e comunidade na maioria das atividades de extensão; à existência, entre os docentes, da visão de que a extensão tem o objetivo de aplicar e transmitir o conhecimento produzido na Universidade sobre as comunidades, ou seja, de impor o conhecimento científico e não de realizar uma troca de saberes.

O artigo publicado em 2014 - trabalho 18 - avalia a Bolsa Permanência concedida pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) aos estudantes em situação de

vulnerabilidade social. O Projeto de Bolsa Permanência da UNIRIO tem como principal objetivo favorecer a permanência do discente na instituição e promover igualdade de oportunidades. Em contrapartida, os estudantes contemplados cumprem doze (12) horas semanais de atividades acadêmicas e administrativas. A constatação do estudo foi que, embora seja necessário preencher algumas lacunas, a bolsa oferecida contribui para a permanência do estudante na universidade, tendo em vista aspectos como: possibilidade de unir teoria e prática; vivência profissional; inserção em projetos de pesquisa; participação em congressos, cursos e seminários; melhoria do desempenho acadêmico em razão da realização das atividades desenvolvidas pelos estudantes bolsistas.

O trabalho 19 é uma dissertação, apresentada em 2014, que busca analisar a percepção dos servidores do Instituto Federal da Bahia (IFBA), campus de Salvador, quanto à atuação e o papel da Comissão de Ética do Instituto. Os principais resultados e conclusões da pesquisa foram: muitos servidores desconhecem a existência da referida comissão; sua atuação é essencialmente educativa e preventiva; em decorrência da falta de divulgação dos resultados, há um descrédito por parte de alguns servidores em relação às apurações de denúncias feitas à Comissão; a motivação para a participação na Comissão de Ética foi atribuída ao compromisso com o serviço público.

O trabalho 20 é igualmente uma dissertação, apresentada em 2013, com o objetivo de compreender a manifestação do compromisso social da UFSC por meio do Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI). O estudo constatou que muitos dos projetos do NETI são construídos e desenvolvidos de forma participativa e consultiva. Além disso, a pesquisa demonstrou que, em virtude de sua atuação na preparação dos idosos para o enfrentamento das barreiras e preconceitos sociais, o NETI é um importante canal do compromisso social da UFSC, fato este que enfatiza a relação entre a extensão e o compromisso social institucional.

Apresentado em 2014, o trabalho 21 - dissertação - investiga a política institucional da UFSC quanto às ações voltadas ao atendimento das necessidades educacionais especiais de estudantes com Transtorno Específico de Aprendizagem. Em relação ao papel da universidade, os resultados do estudo demonstram que os servidores: reconhecem a universidade pública como potencial espaço de inclusão social; compreendem o compromisso da universidade pública no sentido de atender às demandas da sociedade; e percebem a possibilidade da concretização desse compromisso com a sociedade por meio do compartilhamento do conhecimento.

O trabalho 22, dissertação defendida em 2014, analisa o processo de avaliação institucional da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Como resultados, a pesquisa aponta que práticas emancipatórias e formativas nos processos avaliativos institucionais tornam os atores institucionais mais conscientes de suas responsabilidades e compromissos e, por considerar essencial a atuação dos servidores na transformação do processo avaliativo em ferramenta de gestão, a pesquisa demonstra a importância dos servidores neste processo.

Defendida em 2013, a dissertação de mestrado, trabalho 23, verifica os fatores envolvidos nas relações de poder que influenciam a implementação do planejamento estratégico na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A pesquisa ressalta a importância do comprometimento dos líderes para o êxito institucional e, como conclusões, aponta que as dificuldades e limitações na implementação do planejamento estratégico estão relacionadas, respectivamente, ao comportamento organizacional, tanto dos líderes quanto dos liderados, e à falta de comprometimento dos envolvidos.

O trabalho 24, dissertação defendida em 2015, investiga a concepção dos atores envolvidos no trabalho da Unidade Saúde-Escola da UFSCar acerca do fenômeno da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Em relação ao ensino, o estudo pondera que os servidores da instituição apresentam uma visão mais humanizada em virtude de o ensino envolver a formação do estudante como pessoa comprometida. Em relação à pesquisa,

o trabalho a associa ao compromisso social da universidade, considerando importante a geração e o compartilhamento de conhecimentos de interesse da sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo se propôs a analisar a concepção de compromisso social do servidor das IFES assim como sua contribuição na efetivação do compromisso social institucional. A revisão da literatura e análise de dados propiciou algumas considerações interessantes acerca do tema.

Primeiramente, percebe-se que a obediência aos princípios constitucionais da eficiência, impessoalidade, legalidade, moralidade e publicidade⁵ está relacionada ao cumprimento dos deveres e à responsabilidade inerentes ao exercício do cargo público. Entretanto, em virtude de uma tênue linha existente entre as noções de compromisso e de responsabilidade constatou-se uma aparente confusão entre os termos responsabilidade e compromisso social, tanto na literatura sobre o tema, quanto nos trabalhos investigados neste artigo.

Várias são as abordagens em relação ao compromisso social das IFES. Para alguns autores ele é caracterizado pelas políticas de inclusão e de assistência estudantil, para outros pelas ações de extensão ou pelas atividades de ensino, ou ainda pela socialização do conhecimento ou mesmo pelas atividades de gestão. Ainda, alguns autores consideram mais adequado o uso dos termos função social ou papel social.

Em consonância, os resultados do presente estudo demonstram que as principais ações vinculadas ao compromisso social referem-se às políticas afirmativas e de inclusão social, à socialização e compartilhamento do conhecimento, ao desenvolvimento e qualificação de pessoas, à ética e à cultura organizacional. Os resultados também indicam que o compromisso do servidor pode ser ampliado por meio de uma cultura organizacional favorável ou, ainda, por meio de processos de avaliação, os quais propiciam melhoria de gestão e maior conscientização dos atores institucionais quanto as suas responsabilidades e compromissos. Ademais, diversos trabalhos aqui analisados apontam que o comprometimento e envolvimento dos servidores contribuem para o atingimento do compromisso social institucional.

Este estudo permitiu concluir que diversas IFES realizam ações e programas que podem ser considerados como materialização do seu compromisso social. Entretanto, em muitas delas o compromisso social consiste em mais do que uma prática, fazendo parte dos princípios e da cultura institucional, indo ao encontro do seguinte entendimento de Calderón (2007, p. 24): “Nas IES, a responsabilidade social não se restringe a um único departamento ou setor, diz respeito a valores que devem permear toda a estrutura universitária [...]”.

Tendo em vista a finalidade desta pesquisa e os resultados alcançados, considera-se que o estudo atingiu seu propósito, apesar de alguns obstáculos terem dificultado a análise dos trabalhos. Estas dificuldades foram em relação à significação de palavras ou quanto à presença, em muitos estudos, dos descritores pré-definidos sem que as pesquisas abordassem, de fato, o tema aqui trabalhado. Além disso, percebeu-se tanto a escassez de material sobre compromisso social das IFES quanto a falta de material sobre compromisso social do servidor público das IFES. Apesar disso, pode-se fazer algumas considerações a partir da concepção do compromisso social institucional, que se traduz na atuação de seus agentes.

REFERÊNCIAS

⁵ Constituição Federal de 1988, Art. 37, caput.

BERGUE, Sandro Trescastro. **Gestão estratégica de pessoas no setor público**. São Paulo: Atlas, 2014.

BRASIL. **Decreto n.º 94.664, de 23 de julho de 1987**: Aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei n.º 7.596, de 10 de abril de 1987. 1987. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/D94664.htm>. Acesso em: 18 jul. 2016.

_____. **Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990**: Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8112cons.htm>. Acesso em: 15 jul. 2016.

_____. **Decreto n.º 1.171, de 22 de junho de 1994**: Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm>. Acesso em: 15 jul. 2016.

_____. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 27 jul. 2016.

_____. **Decreto n.º 5.773, de 09 de maio de 2006**: Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773compilado.htm>. Acesso em: 25 jul. 2016.

_____. **Diretrizes gerais do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**: REUNI. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em 27 jul. 2016.

_____. **Lei n.º. 11.892, de 29 de dezembro de 2008**: Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 25 jul. 2016.

_____. **Lei n.º. 12.772, de 28 de dezembro de 2012**: Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei no 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do [...]. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12772.htm>. Acesso em: 18 jul. 2016.

CALDERÓN, Adolfo Ignácio. Responsabilidade social universitária: contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior**, Brasília, v.24, n. 36, p. 7-22, jun/2006. Disponível em: <<http://www.abmes.org.br/arquivos/publicacoes/Estudos36.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

_____. Doze premissas para a construção de uma Política Institucional de responsabilidade social nas IES. **Revista Responsabilidade Social**, n. 3, p. 21-26, 2007. Disponível em: <http://www.abmes.org.br/arquivos/publicacoes/revista_er_2007.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2016.

COUREL, Simone. Do consultório às ruas: o compromisso social na prática do(a) psicólogo(a). **Jornal EntreLinhas**, Porto Alegre, n. 67, p. 6-11, jul/ago/set/2014. Disponível em: <http://www.crprs.org.br/upload/files_publications/arquivo66.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2016.

DIAS SOBRINHO, José. Debate Universidade e Compromisso Social. In: RISTOFF, Dilvo; SEVEGNANI, Palmira. **Universidade e Compromisso Social**. Brasília: INEP, 2006. p. 103-244. (Educação Superior em Debate, v.4). Disponível em: <<http://www.ergonomia.ufpr.br/Metodologia/Universidade%20e%20Compromisso%20social%20INEP.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12ª Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.

GOERGEN, Pedro. Universidade e Compromisso Social. In: RISTOFF, Dilvo; SEVEGNANI, Palmira (org.). **Universidade e Compromisso Social**. Brasília: INEP, 2006. p. 65-95. (Educação Superior em Debate; v.4). Disponível em: <<http://www.ergonomia.ufpr.br/Metodologia/Universidade%20e%20Compromisso%20social%20INEP.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

GOHN, Maria da Glória. Universidade, compromisso social e participação em projetos sociais. **Desigualdade & Diversidade/PUC-Rio**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 111-126, ago/dez. 2011. Disponível em: <<http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/artigo9.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. CD-ROM.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PASCUCI, Lucilaine; et al. Managerialism na gestão universitária: implicações do planejamento estratégico segundo a percepção de gestores de uma universidade pública. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 37-59, jan. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2016v9n1p37/31552>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade do Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHLICKMANN, Raphael; MELO, Pedro Antônio de. O que se entende por administração universitária no Brasil? In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NAS AMÉRICAS, 13, 2013, Buenos Aires. **Anais**. Florianópolis, 2013.

Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/114899>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

SEIDEL, Maria C. Guimarães. **Administração pública nas instituições federais de ensino superior**: conhecimento dos gestores de administração central. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de São Paulo. Programa de Pós Graduação em Ciências da Saúde. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www2.unifesp.br/centros/cedess/mestrado/teses/tese_162_maria_cristina.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2016.

STALLIVIERI, Luciane. UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL. Assessoria de Relações Interinstitucionais e Internacionais. **O Sistema de Ensino Superior do Brasil Características, Tendências e Perspectivas**. 2006. Disponível em: <http://www.ucs.br/ucs/tplCooperacaoCapa/outro/cooperacao/assessoria/artigos/sistema_ensino_superior.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2016.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.